

DA LITERATURA COMPARADA

AOS ESTUDOS DE TRADUÇÃO*, **

From comparative literature to translation studies

SUSAN BASSNETT¹ 

TIAGO MARQUES LUIZ² 

¹Universidade de Warwick, Coventry, Inglaterra

E-mail: s.bassnett@warwick.ac.uk

²Centro Universitário Leonardo da Vinci, Indaial, SC, Brasil

E-mail: markx2006@gmail.com

RESUMO

A Literatura Comparada, em interface com os Estudos de Tradução, sugere ao comparatista e ao tradutor um escopo de leitura que transgride a clássica abordagem prescritiva e renova um olhar para o texto traduzido. A tradução, antes considerada um domínio da Literatura Comparada, vê-se em pé de semelhança com o campo da literatura, no sentido de que ambas dialogam de forma profícua para melhor abordar o texto literário. Com isso em vista, o presente texto, uma tradução do olhar crítico e teórico de Susan Bassnett, reforça esse olhar, permanece tão contemporâneo hoje como quando de sua publicação em 1993.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura Comparada. Estudos da Tradução. Susan Bassnett.

ABSTRACT

The interface of Comparative Literature with Translation Studies suggests a scope of reading that both transgresses the classic prescriptive comparative approach and renews the discussion of the translated text. Translation, previously considered a domain of Comparative Literature, can now be seen as a partner, establishing a fruitful dialogue that aims to optimize the study of the literary text. The present translation — of an essay in which Susan Bassnett presents her critical and theoretical position — reinforces this approach, making it as contemporary today as Bassnett's text was in 1993.

KEYWORDS: Comparative Literature. Translation Studies. Susan Bassnett.

EDITOR-CHEFE:

Rachel Esteves Lima

EDITOR EXECUTIVO:

Regina Zilberman

SUBMETIDO: 20/02/2022

ACEITO: 15/05/2022

COMO CITAR:

BASSNETT, Susan; LUIZ, Tiago Marques. Da Literatura Comparada aos Estudos de Tradução. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, v. 24, n. 47, p. 151-170, set./dez., 2022. doi: <https://doi.org/10.1590/2596-304x20222447shtml>

<http://www.scielo.br/rblc>
<https://revista.abralic.org.br>



O termo “Literatura Comparada” perdeu relevância nos últimos anos, embora se argumente que a prática comparatista está bem viva, por meio de outras nomenclaturas. Por outro lado, os Estudos da Tradução estão ganhando terreno e têm sido vistos como uma disciplina independente desde o final da década de 1970, com o surgimento de associações profissionais, periódicos, catálogos de editoras e um crescente número de dissertações de mestrado e teses de doutorado.

A relação entre Literatura Comparada e os estudos de tradução é de ordem complexa e problemática. A tradução tem sido enxergada como um parente pobre, como uma atividade que requer pouco talento e criatividade, como algo que pode ser alcançado com escribas treinados e recompensados de modo adequado. A visão de Hilaire Belloc em sua Taylor Lecture de 1931 resume uma situação que infelizmente ainda é reconhecível em alguns países:

A arte da tradução é uma espécie de arte subsidiária e de arte derivada. E por isso, nunca lhe foi dada a dignidade de obra original e sofreu muito no julgamento geral das Letras. Essa desvalorização natural de seu valor teve o efeito prático indesejável de rebaixar o padrão exigido e, em alguns períodos, destruir quase completamente esta arte. Sua desonra foi concomitantemente exacerbada por um mal-entendido com relação a seu caráter: nem sua importância nem suas dificuldades foram compreendidas. (BELLOC, 1931, p. 14).

A conferência de Belloc foi polêmica; com o intuito de elevar o *status* depreciado da tradução, ele queria que seus ouvintes atentassem à complexidade desse processo. Ele exagerou nesse sentido, porque simplesmente não é verdade que a tradução nunca recebeu “a dignidade de uma obra original”. A situação de que fala Belloc se iniciou no século XVII e se desenvolveu gradualmente. De fato, no século XIX, o *status* da tradução era geralmente considerado inferior ao do “original”, e os teóricos da Literatura Comparada tendiam a dar prioridade à leitura deste último, ainda que reconhecessem o papel desempenhado pela tradução em seu trabalho. Os estudos de Literatura Comparada reduzem cada vez mais a tradução a um único capítulo ou subcapítulo, muitas vezes juntando-a a termos como “adaptação” ou “imitação”, todos os quais sugerem implicitamente textos de natureza mais derivativa e secundária.

Os estudos binários comparativos se opunham fortemente à ideia de tradução. Um bom comparatista lia, de acordo com o modelo binário, os textos originais nas línguas originais, o que seria uma forma de leitura infinitamente melhor do que tudo o que exigiria tradução. O modelo norte-americano, baseado na noção de valores universais em textos literários, simplesmente ignorava a questão da tradução; os processos pelos quais um texto poderia ser transferido de um contexto para outro não eram considerados um objeto de estudo útil ou vistos como um território que os linguistas, e não os estudiosos da literatura, deveriam explorar. O baixo *status* da tradução foi consagrado de outra forma: na prática editorial de reduzir as “traduções” a uma categoria separada, muitas vezes marginalizada junto de categorias como *juvenilia* nas edições das obras de um autor; na baixa remuneração para a tradução; na pontuação das traduções como trabalhos menos relevantes na determinação dos critérios de progressão profissional.

Na década de 1970, um grupo de estudiosos começou a emergir com diferentes visões sobre os estudos da tradução. O grupo, inicialmente liderado por Itamar Even-Zohar, de Tel Aviv, começou a definir seu objetivo como “estudos de tradução”. Em um artigo intitulado *Translation Theory Today*, Even-Zohar começa resumindo as visões populares de tradução e, em seguida, propõe uma abordagem sistemática para dissipar a confusão de muitas reflexões sobre o processo de tradução:

Quantas vezes fomos atormentados por clichês dos leigos, veteranos ou novatos, de que a tradução nunca faz jus ao original, de que as línguas diferem umas das outras, de que a cultura está “também” envolvida nos procedimentos de tradução, de que quando a tradução está “exata”, ela tende a ser “literal”, perdendo então o “espírito” do original, de que o “significado” do texto significa tanto “conteúdo” quanto “estilo”, e assim por diante. Sem mencionar aquelas abordagens em que normas são formuladas de forma explícita ou encoberta, ou seja, quando nos dizem como as traduções devem ser ou como devem ser entendidas em termos deste ou daquele padrão de avaliação. (EVEN-ZOHAR, 1981, p. 1).

As palavras enfatizadas por Even-Zohar são, naturalmente, parte de um discurso que prioriza o original e que vê a tradução como uma cópia mais pobre, algo que perde um ingrediente essencial presente apenas naquele original. Ele destaca a inadequação dessa terminologia e zomba dos críticos, a quem chama de “leigos, veteranos ou novatos” que ainda pensam nesses termos. O que este artigo revela, como o resto de seu trabalho sobre tradução, é a predominância de uma atitude estranhamente esquizofrênica no mundo literário em relação à tradução. Mesmo depois que Borges sugeriu que a noção de texto final pertence apenas à religião ou ao cansaço, e que os críticos pós-estruturalistas mostraram a falácia de acreditar em uma leitura única e determinista, o discurso tradutório continuava a falar em “original” e “acurácia”, e continuou a usar uma terminologia da negatividade. A tradução, é o que se sugere, “traí”, “tra-duz”¹, “diminui”, “reduz”, “perde” partes do original; a tradução é “derivada”, “mecânica”, “secundária”; a poesia se perde na tradução, alguns escritores são “intraduzíveis”.

O conceito de tradução como traição ao original é particularmente difundido. Lori Chamberlain, uma entre um número crescente de estudiosas feministas da tradução, aponta para a sexualização dessa terminologia, apontando que ela aparece

talvez mais familiarmente no rótulo *les belles infidèles* e, tais como as mulheres, diz o ditado, as traduções devem ser belas ou fiéis. O rótulo é possível tanto pela rima em francês quanto pelo fato de a palavra *traduction* ser feminina, impossibilitando assim *les beaux infidèles*. Este rótulo deve sua longevidade — tendo sido cunhado no século XVII — a mais do que à semelhança fonética; o que lhe dá a aparência de verdade é que ele capturou uma cumplicidade cultural entre as questões de fidelidade na tradução e no casamento. No caso das *belles infidèles*, a fidelidade é definida como um contrato implícito entre a tradução (como mulher) e o original (como marido, pai ou autor). Aqui estão presentes dois pesos e duas medidas, como nos casamentos tradicionais: a esposa/tradutora “infel” é julgada publicamente por crimes que o marido/original é legalmente incapaz de cometer. Em suma, este acordo impede que o original seja infiel. Tal atitude revela uma real preocupação com o problema da paternidade e da tradução e imita o sistema de parentesco patrilinear em que a paternidade — e não a maternidade — legitima a prole. (CHAMBERLAIN, 1992, p. 58).

Lori Chamberlain marca uma posição ao enfatizar a cumplicidade cultural entre a fidelidade na tradução e no casamento: não é por acaso que um número substancial de estudiosas da tradução feminista — como eu, Barbara Johnson, Barbara Godard, Sherry Simon, Annie Brisset ou Suzanne de Lotbinière-Harwood começaram a usar metáforas de “infidelidade” ou contrato alternativo de casamento em seus escritos sobre tradução na década de 1980, pois todas se preocupavam em repensar a visão de tradução que coloca o original em uma posição mais elevada do que o texto criado para um novo público-alvo.

1 Em inglês, *traduces*.

O desafio ao original, como o desafio ao cânone ou à noção de leitura correta e única, é claramente parte de uma estratégia pós-modernista mais ampla. Ao invés de buscarmos na leitura uma verdade, nós abordamos a leitura como uma decodificação. Barbara Johnson sugere que todas as atividades de leitura e releitura revelam crescentes lacunas e incertezas:

Ao retermos os escritos de escritores e filósofos que marcaram a história ocidental, é possível tomarmos consciência de repressões, elisões, contradições e lapsos de linguagem que até hoje operaram imperceptivelmente e que minam as certezas que esses mesmos textos parecem erigir. (JOHNSON, 1990, p. 22).

A forma como os estudos da tradução começou a atacar o domínio do original e o consequente rebaixamento da tradução à subserviência se deu inicialmente através do trabalho de Even-Zohar e seus colegas — mais notavelmente, Gideon Toury na teoria dos polissistemas. Isso porque Even-Zohar fez mais do que simplesmente atacar a imprecisão da linguagem em torno da tradução. Ele ressaltou que, embora a tradução pareça ter desempenhado um papel importante no desenvolvimento das culturas nacionais, esse fato é quase ignorado pelos historiadores da cultura, e que não havia praticamente nenhuma pesquisa sobre o papel da literatura traduzida dentro de um sistema literário. Por exemplo, o Renascimento é frequentemente considerado um período de intensa atividade tradutória; ainda assim, não havia uma avaliação sistemática *do que* foi traduzido, *por que* foi traduzido, *por quem* e *como*.

As implicações radicais da abordagem polissistêmica da tradução de Even-Zohar ficaram imediatamente claras. Surgiu um grande número de perguntas que anteriormente não pareciam ter importância: por que algumas culturas traduzem mais e outras menos? Que tipo de textos são traduzidos? Qual é o *status* desses textos no sistema de destino e como ele se compara ao *status* dos textos no sistema de origem? O que sabemos sobre convenções e normas de tradução em determinados momentos e como avaliamos a tradução como uma força inovadora? Qual é a relação na história literária entre a extensa atividade tradutória e a produção de textos reivindicados como canônicos? Que imagem os tradutores têm de seu trabalho e como essa imagem foi expressa figurativamente? Essas e inúmeras outras questões testemunham a grande mudança de percepção que ocorreu, na qual, longe de ser uma atividade secundária e marginal, a tradução poderia ser considerada como uma força formadora primária dentro da história literária.

Em um artigo escrito em 1976, Even-Zohar argumenta que certas condições determinam alta atividade de tradução em uma cultura. Ele identifica três casos principais: quando uma literatura está em estágio inicial de desenvolvimento; quando uma literatura se percebe periférica ou “fraca” ou as duas coisas; quando há reviravoltas ou crises ou vazios literários. O trabalho subsequente retomou essas ideias e as desenvolveu ainda mais por meio de estudos de caso específicos. Assim, por exemplo, Maria Tymoczko argumenta que a tradução desempenhou um papel central na grande mudança do século XII do épico para o romance:

O século XII marcou uma das transições mais importantes na cultura ocidental: a transição do épico para o romance. Evidentemente, essa mudança é poética; representa a transição da narrativa oral tradicional de um herói para a literatura escrita e inovadora a partir da figura do autor. Essa mudança envolve transformações em elementos literários maiores, como a tipologia de gênero e de personagem, bem como mudanças na forma, como o desenvolvimento de novas métricas, dispositivos retóricos, etc. A transição também é ideológica. Envolve a mudança de um *ethos* guerreiro para códigos cortesões e a celebração do amor romântico. (TYMOCZKO, 1986, p. 7).

Tymoczko sugere que a tradução teve um papel fundamental nessa transição e aponta que elementos do romance podem ser encontrados em traduções anteriores e que o romance surgiu de um contexto multicultural. Ao focar não apenas na poética, mas também nos meios de produção, ou seja, seguindo o movimento gradual em direção a obras originais escritas para mecenas nomeados, Tymoczko mostra o papel significativo desempenhado pela tradução. O caso da transição do épico para o romance no período em que as línguas vernáculas em toda a Europa se tornaram línguas literárias corrobora a hipótese de Even-Zohar de que a atividade tradutória é alta quando a literatura está em estágio inicial de desenvolvimento.

Dados recentes sobre a quantidade de textos traduzidos, coletados a partir de listas de editoras, são um bom exemplo da hipótese de que os sistemas literários “periféricos” traduzem muito, ao contrário dos sistemas literários que se consideram “centrais”. Por exemplo, a porcentagem de traduções publicadas em inglês contrasta fortemente com a porcentagem de traduções publicadas em sueco, polonês ou italiano. Evidentemente, isso tem a ver com padrões de convenção, que rapidamente se estabelecem, com a autossuficiência tecnológica do mundo anglófono como um todo e com a ascensão do inglês como língua mundial desde a Segunda Guerra Mundial. No entanto, os números citados por Lawrence Venuti em 1992 mostram algumas diferenças marcantes. Seus dados para a Itália na década de 1980 mostraram que 26% dos livros publicados a cada ano eram traduzidos, principalmente do inglês, aumentando para 50%, 70% ou mesmo 90% da produção de uma única editora se fossem consideradas as traduções literárias. Em forte contraste, entre 1984 e 1990, a tradução representou apenas 3,5% dos livros publicados a cada ano nos Estados Unidos, com um índice ainda menor, de 2,5%, no Reino Unido². À medida que a Grã-Bretanha se tornou uma potência imperial, o declínio constante na atividade de tradução no século XIX pode ter sido relacionado a mudanças na autoestima e crenças sobre a superioridade inerente do sistema literário inglês.

O renascimento tcheco no início do século XIX oferece um exemplo de literatura nacional emergente que busca ampliar sua gama de modelos por meio da tradução. O pesquisador tcheco Vladimír Macura estudou o papel desempenhado pela tradução no renascimento tcheco e aponta para o significado da tradução como política cultural explícita.

A tradução não era vista como submissão passiva a impulsos culturais estrangeiros; ao contrário, era vista como um ato ativo, até mesmo agressivo, de apropriação de valores culturais estrangeiros [...]. A tradução era vista como uma invasão do território rival, uma invasão empreendida com a intenção de capturar ricos despojos de guerra. No prefácio às traduções de Schiller, Jan Evangelista Purkyně, o escritor tcheco que se tornaria um fisiologista mundialmente famoso, tentou interpretar a tradução como uma reação imediata à influência destrutiva de culturas estrangeiras, um ato literal de vingança pela danos causados ao mundo eslavo no passado: “Se (em detrimento dos eslavos) os alemães, italianos e húngaros estão tentando desnacionalizar tanto nosso povo quanto nossas classes mais abastadas, usemos uma forma mais nobre de retaliação, tomando posse de qualquer coisa excelente que eles criaram no mundo da mente”. (MACURA, 1990, p. 68).

Macura sugere ainda que essa função de expropriação foi tão importante no Renascimento tcheco que condicionou a escolha dos textos selecionados para tradução. Ele reinterpreta o caso da tradução de *Paradise Lost* feita por Jungmann, que vem sendo muito debatida pela crítica há décadas, e defende

2 Cf. p. 5-6 na referência de Venuti (1992).

que esta tradução foi uma tentativa consciente de trazer para um sistema literário emergente um texto que representava um amálgama de diferentes culturas (cristianismo, judaísmo, paganismo) reunidas em um épico da cultura humana — portanto, a obra de Milton exerceu uma função simbólica também como meio de enfatizar a universalidade das origens pan-eslavas.

Esse tipo de pesquisa, muitas vezes associado a revisões radicais da história da cultura e da literatura, foi possibilitado pelos avanços nos Estudos da Tradução e na teoria dos polissistemas, em particular. Em um valioso ensaio publicado em 1985, os estudiosos belgas José Lambert e Hendrik Van Gorp (1985) tentaram resumir as possibilidades oferecidas por essa abordagem. Eles listam uma série de áreas de pesquisa que podem ser desenvolvidas, o que inclui tanto uma análise detalhada dos textos quanto os meios de produção desses textos. Áreas valiosas de pesquisa, eles sugerem, incluem o estudo do vocabulário, estilo, convenções poéticas e retóricas dos sistemas fonte e alvo; a análise de como uma tradução é denominada (ou seja, se é apresentada como uma tradução, ou como uma “adaptação”, uma “imitação” ou mesmo um “original”) no sistema de destino e seu papel e *status* nesse sistema; o mapeamento da história da teoria e da crítica da tradução em literaturas específicas em épocas específicas; o estudo do surgimento de grupos ou escolas de tradutores e o significado de tais instituições; a descrição do papel das traduções no desenvolvimento de um sistema literário, com vista a estabelecer se a tradução desempenha um papel conservador ou inovador, etc. É importante ressaltar que Lambert e Van Gorp perceberam que

a principal vantagem do esquema é que ele nos permite ignorar um número de ideias tradicionais profundamente enraizadas relativas à ‘fidelidade’ e até mesmo à ‘qualidade’ tradutória (uma determinada tradução é boa ou ruim?), as quais essencialmente priorizam o texto-fonte e inevitavelmente são normativas. (LAMBERT; VAN GORP, 2011, p. 212).

O ensaio de Lambert e Van Gorp foi publicado em 1985³ em uma coletânea de artigos editada por Theo Hermans (1985) intitulada *The Manipulation of Literature*. O surgimento dessa coleção marcou o próximo estágio no desenvolvimento dos estudos de tradução, pois o livro se concentrou na ideia de tradução não apenas como uma força modeladora na literatura, mas também como uma estratégia textual manipuladora principal. A teoria dos polissistemas, em sua primeira etapa, estava necessariamente focada no sistema alvo, principalmente para derrubar a noção mais antiga de primazia do original e o *status* secundário da atividade tradutória, mas em meados dos anos 1980 a primeira fase, mais proselitista, da pesquisa baseada na teoria dos polissistemas, estava se transformando em outra coisa. De fato, pode-se falar em três estágios distintos no desenvolvimento dos estudos da tradução. A primeira fase, fortemente influenciada pela teoria dos polissistemas, dedicou-se a desafiar diretamente o discurso estabelecido sobre a tradução. Por um lado, desafiou-se o trabalho descontextualizado da linguística e por outro lado, o trabalho avaliativo assistemático da área dos estudos literários. Cruciais para esta fase foram os debates muitas vezes amargos sobre a teoria da equivalência.

3 O referido ensaio foi traduzido por Marie-Hélène Catherine Torres e Lincoln Paulo Fernandes na coletânea **Literatura & Tradução**: textos selecionados de José Lambert, organizada por Andréia Guerini, Marie-Hélène Catherine Torres e Walter Carlos Costa e publicada em 2011. Tanto a referência original como a tradução do texto de Lambert e Van Gorp se encontram ao final deste texto.

A noção tradicional de tradução, sobre a qual se baseia o conceito de dicionário bilingue, é que a tradução entre línguas é possível devido à existência prévia de uma equivalência nocional entre sistemas, a despeito da hipótese de Sapir-Whorf, que argumentava que

nunca duas línguas são suficientemente semelhantes para serem consideradas como representando a mesma realidade social. Os mundos em que vivem diferentes sociedades são mundos distintos, não apenas o mesmo mundo com diferentes rótulos anexados. (SAPIR, 1956, p. 69).

Gerações de tradutores quiseram acreditar na equivalência e tentaram defini-la em termos de semelhança, às vezes argumentando que essa semelhança pode ser interpretada de diferentes maneiras e que está aberta à negociação. Todavia, era uma definição possível. O problema óbvio com a teoria da equivalência enquanto semelhança é que ela nega a existência de uma relação hierárquica entre textos e culturas de origem e destino, e assume que a tradução ocorre em um eixo vertical, entre sistemas colocados de forma idêntica. Em contraste, a teoria dos polissistemas argumenta que os sistemas nunca estão na mesma posição, e que as noções de superioridade e inferioridade de um texto ou de um sistema literário estão sempre em jogo.

A segunda fase dos estudos de tradução foi além do desafio aos discursos anteriores e preocupou-se principalmente com o mapeamento, com o rastreamento de padrões de atividade tradutória em momentos específicos. Nessa fase, a ênfase ainda estava principalmente no sistema-alvo, mas muitas pesquisas históricas importantes começaram a surgir. Um avanço significativo nesta segunda etapa, marcando um afastamento radical das origens excessivamente estruturalistas da teoria dos polissistemas e um passo em direção à pesquisa de tradução pós-estruturalista, foi o trabalho realizado sobre a linguagem figurativa dos tradutores, tal como ela se apresenta em seus prefácios, correspondência e declarações diversas sobre o trabalho realizado.

O volume *Manipulation of Literature* também continha um ensaio pioneiro de Theo Hermans (1985) sobre tradutores renascentistas que trabalharam em holandês, inglês e francês, no qual ele categoriza as metáforas utilizadas para descrever o trabalho dos tradutores, revelando padrões claros de pensamento⁴. Hermans (1985) mostra como os agrupamentos de metáforas usados pelos tradutores refletem seu pensamento sobre o papel e o *status* da tradução em seu próprio tempo. As metáforas previsíveis relacionadas à retórica em geral incluem seguir os passos, mudar de roupa, descobrir tesouros ou transferência alquímica; essas metáforas também mostram certo grau de ambiguidade em relação ao texto de origem, sendo o *status* do texto em seu sistema de origem significativo na determinação da atitude e das estratégias do tradutor, bem como o direito da cultura alvo de possuí-lo.

Mapear agrupamentos de metáforas em uso em um determinado momento expõe atitudes dominantes em relação à atividade de tradução. Na época que se caracterizou pelo crescimento do tráfico de escravos e por uma mudança na percepção dos estados europeus em relação ao resto do mundo, as metáforas de tradução do século XVII são muito reveladoras. O prefácio de Nicolas Perrot D'Ablancourt (1972) à sua tradução dos *Anais de Tácito*, por exemplo, contém uma declaração de que ele seguiu Tácito “passo a passo”, isto é, mais como escravo do que como companheiro⁵, enquanto a

4 HERMANS, Theo. *Images of translation: metaphor and imagery in the renaissance discourse on translation*. p. 103-135.

5 D'ABLANCOURT, Nicolas Perrot. Préface, annales de tacite. In: ZUBER, Roger (ed). *Lettres et préfaces critiques*. Paris: Marcel Didier, 1972. p. 118-125.

dedicatória de Dryden⁶ à sua *Eneida* afirma que “escravos nós somos, e trabalhamos na plantação de outro homem; nós cuidamos do vinhedo, mas o vinho é do dono” (DRYDEN, 1962b, p. 250).

O tradutor como escravo, servo do texto original, é uma metáfora poderosa que perdurou até o final do século XIX. Essa metáfora contém a ideia de que o autor do texto fonte tem domínio sobre o texto alvo, seu subserviente. Uma voz relativamente solitária que ofereceu uma imagem diferente do processo de tradução foi a tradutora Madame de Gournay, que em 1623 sugeriu que a tradução era

formar uma obra nova. Formar, digo, porque [os escritores antigos] têm que ser decompostos por uma reflexão profunda e penetrante, para serem reconstituídos por um processo semelhante; assim como a carne deve ser decomposta em nossos estômagos para formar nossos corpos. (GOURNAY, 1619).

A fidelidade ao original/marido e a fidelidade do escravo ao senhor como metáforas da tradução refletem mudanças profundas na leitura e na escrita no mundo pós-renascentista. As viagens de descoberta estavam alterando as perspectivas, e o novo mundo à espera de ser penetrado e fertilizado pelos poderosos colonizadores originais europeus foi consistentemente descrito em termos sexuais. Foucault também aponta para imensas mudanças na linguagem, “no século XVI, perguntava-se como reconhecer que um signo designa realmente o significado imputado; a partir do século XVII, perguntar-se-á como um signo pode estar ligado àquilo que ele significa” (FOUCAULT, 1999 [1970], p. 58).

O trabalho atual sobre a linguagem metafórica dos tradutores é um aspecto importante da terceira fase dos estudos de tradução. Muito do trabalho no início dos anos 1980, embora afirmasse não ser normativo, ainda estava bastante ligado às declarações, diagramas, gráficos e declarações sobre a prática da tradução testemunhando a origem estruturalista do grupo polissistêmico. No entanto, com o advento da “escola da manipulação” em meados da década de 1980, o trabalho no campo da tradução como um todo mudou enormemente. Essa terceira fase, que pode ser chamada de estágio pós-estruturalista, vê a tradução como um de uma série de processos de manipulação de texto em que a noção de pluralidade substitui os dogmas de fidelidade ao texto fonte e a ideia de original é questionada de diferentes perspectivas.

André Lefevere, por exemplo, propõe que a tradução deveria ser estudada em paralelo ao que ele denominou de “reescritas”, pois

a reescrita, seja na forma de crítica ou tradução (e, eu acrescentaria, historiografia e antologização), revela-se uma estratégia muito importante que os guardiões da literatura usam para adaptar o que é “estrangeiro” (no tempo e/ou localização geográfica) às normas da cultura hospedeira. Consequentemente, a reescrita desempenha um papel muito importante no desenvolvimento de sistemas literários. Em outro nível, reescritas são evidências de recepção e podem ser analisadas como tais. Essas parecem ser duas razões perfeitamente boas para tornar o estudo de reescrita mais central tanto na teoria literária quanto na Literatura Comparada. (LEFEVERE, 1985, p. 89).

O argumento de Lefevere é convincente; a tradução precisa ser vista como uma importante estratégia literária, e examinar a tradução dentro da estrutura da reescrita revelará padrões de mudança em um sistema literário específico. Ele também chama a atenção para o importante papel da historiografia

6 DRYDEN, John. To the Most Honourable John, Lord Marquess of Normandy, Earl of Mulgrave etc and Knight of the Most Noble Order of the Garter. Prefixed to the Aeneis in The Works of Virgil, Translated in English Verse (1697). In: WATSON, George (ed). *Of dramatic poesy and other critical essays*. London: Dent, 1962b. p. 223-262.

e das antologias — outro campo de estudo crescente nos estudos da tradução, como evidenciado pelo trabalho de Armin Paul Frank e de seus colegas em Göttingen⁷.

O surgimento da teoria polissistêmica no início dos anos 1970 introduziu a ideologia nos estudos da tradução. A tentativa inicial de Lefevere de publicar um manifesto para a disciplina emergente de estudos da tradução em 1976 enfatizou essa importante distinção:

O objetivo desta disciplina é criar uma teoria abrangente que também possa ser usada como guia para a produção de traduções. A teoria se beneficiaria se se desenvolvesse ao longo de uma linha de argumentação que não é de inspiração neopositivista nem hermenêutica [...] e [deve] ser constantemente testada por meio de estudos de caso. (LEFEVERE, 1978, p. 234).

Quinze anos depois, Bassnett e Lefevere reiteram esse objetivo, agora à luz dos enormes desenvolvimentos subsequentes:

com o desenvolvimento dos Estudos da Tradução como uma disciplina por direito próprio, com uma metodologia que se baseia no comparatismo e na história cultural. A tradução tem sido uma importante força modeladora no desenvolvimento da cultura mundial e nenhum estudo de Literatura Comparada pode ocorrer sem levar em conta a tradução. (LEFEVERE; BASSNETT, 1990, p. 12).

Os avanços na história da tradução, na história das técnicas de tradução, na produção, distribuição e financiamento de traduções, escolas ou grupos de tradutores, e o papel que as traduções desempenharam em determinados momentos, finalmente lançaram luz sobre o problema da terminologia. A ênfase na “acurácia” e na “fidelidade” parece derivar das atitudes do século XVII em relação ao trabalho de tradução. A “acurácia” tem conotações das ciências, a precisão do que pode ser medido e quantificado, enquanto a “fidelidade” tem duas implicações: uma boa esposa é fiel ao marido e um bom servo é fiel ao seu senhor, ambos em posição inferior ao texto original.

É no século XVII que subitamente encontramos diferentes tipos de atividade de transferência interlingüística, todas descritas da mesma maneira. A tradução, como a concebem esses escritores que se dedicam à tradução de textos clássicos, é uma atividade que envolve grande sensibilidade literária. Dryden, por exemplo, embora se refira ao tradutor como escravo do original na passagem citada anteriormente, também afirma em seu prefácio à *Vida de Luciano* em 1711 que um tradutor

deve possuir inteiramente e compreender perfeitamente o gênio e o sentido de seu autor, a natureza do assunto e os termos da arte do assunto tratado. Só então ele se expressará com tanta justiça e vida, como se tivesse escrito um original; enquanto aquele que copia palavra por palavra perde todo o espírito em uma tediosa transfusão. (DRYDEN, 1962a, p. 215).

A palavra-chave aqui é “possessão”. Dryden acredita que o tradutor deve possuir tudo o que o autor tem a oferecer, pois só assim pode criar algo tão vívido quanto o original. A implicação aqui é que uma tradução pode realmente tornar-se um original em si mesma, embora não quando o tradutor “copia” palavra por palavra.

O que à primeira vista pode parecer um conflito de opiniões expressas por um mesmo autor é, na verdade, simplesmente o reconhecimento de diferentes tipos de atividade tradutória. O desenvolvimento de dicionários, gramáticas e livros didáticos bilíngues para o aprendizado de idiomas com base na

7 Cf. Frank (1991) e Kittel e Frank (1991).

transmissão palavra por palavra entre idiomas resultou no uso de uma forma de tradução baseada em precisão mensurável nos sistemas educacionais. Para medir a competência de um aluno em aprender outra língua, a “precisão” da tradução literal do texto de partida é requerida. Mas, ao mesmo tempo, como observa Dryden, a mesma técnica, se usada para traduzir poesia, seria catastrófica.

A necessidade de “acurácia” na tradução utilizada como ferramenta no ensino de línguas estrangeiras surgiu cedo e permanece conosco. Permanece o problema, no entanto, de que o ato de traduzir um texto para demonstrar competência, compreensão gramatical e habilidade sintática na língua de partida ou de chegada não é o mesmo que a tradução em termos de decodificação e recodificação de um texto literário, embora a terminologia seja a mesma para ambas. Além disso, no século XVII, as mudanças na produção em massa de livros e o surgimento de um novo mercado de leitura rapidamente transformaram a produção de textos literários em um grande negócio. Processo semelhante ocorreu nos teatros e vale notar que grande parte das peças encenadas nos palcos londrinos a partir do final do século XVII eram traduções. Para atender às demandas do mercado, muitas vezes essas traduções eram feitas de forma rápida e por pessoas com competência mínima. A discrepância entre o tipo de tradução que envolve textos clássicos e a tradução em massa de textos vendáveis é constantemente comentada pela crítica contemporânea, embora mais uma vez a terminologia que descreve essas atividades não tenha mudado.

A confusão causada pelo uso da mesma terminologia para descrever a tradução como uma atividade literária de alto *status*, a tradução como ferramenta pedagógica e a tradução como um trabalho meramente comercial no mercado de massa ainda está presente e ajuda a esclarecer alguns dos sentimentos conflitantes sobre a atividade da tradução. Temos um legado de histórias mistas, portanto, o próprio termo “tradução” desencadeia diferentes conjuntos de respostas com diferentes conjuntos de suposições e expectativas sobre essa atividade. Curiosamente, parece que o papel pedagógico ganhou a maior força, pois é nele que a ideia de precisão como algo que pode ser medido é de grande importância.

Ezra Pound comenta sobre a falácia da aplicação de tais critérios à tradução literária:

Eu arruinei minha prosa inglesa por cinco anos, tentando escrever em inglês como Tácito escrevia em latim. Muito mal. No entanto, posso ter aprendido algo com isso. Agora sei que o gênio das duas línguas não é o mesmo. (POUND, 1961b, p. 87).

Em outro lugar, respondendo aos ataques de estudiosos sobre a “inacurácia” de sua *Homenagem a Sexto Propércio* como tradução, ele defendeu sua obra:

nunca houve qualquer questão de tradução, muito menos tradução literal. Meu trabalho era dar vida a um homem morto, apresentar uma figura viva. Como professor de latim e exemplo de por que os poetas latinos não são lidos, como exemplo de por que se gostaria de livrar os poetas dos filólogos, Hale [o oponente mais mordaz de Pound] deveria ser impecável e sem erros. Ele NÃO tem nenhum direito de se abster do suicídio se ele errar em qualquer ponto [...] a máscara de erudição é precisamente o que eu não assumi; é precisamente o que eu joguei no lixo. (POUND, 1961a, p. 148-149).

Pound defende seu trabalho com uma metáfora muito intencional: trazer os mortos de volta à vida. Seu conceito de tradução é orientado a objetivos, ele vê sua tarefa como a busca por leitores para o poeta falecido. Nesse sentido, a visão de Pound sobre a tarefa do tradutor está ligada à de Walter Benjamin, que em sua famosa introdução à tradução alemã dos *Tableaux parisiens* (1923) de Baudelaire também utiliza a metáfora da tradução como vida após a morte. Redescoberto pelos teóricos da tradução na

década de 1980, o ensaio de Benjamin tornou-se um dos textos mais importantes da teoria da tradução pós-moderna. A leitura de Benjamin feita por Derrida em *Des Tours de Babel* (1985⁸) joga com a ideia de originalidade e tradução, junto da questão do sentido. Sua proposta é mais um ataque radical à ideia da primazia do original. Segundo Derrida, o texto fonte não é o original, é a elaboração de uma ideia, um sentido, enfim, uma tradução em si. As consequências lógicas do pensamento de Derrida sobre a tradução seriam a abolição da dicotomia entre original e tradução, entre fonte e cópia e, portanto, o fim da visão que relega a tradução a uma posição secundária. Benjamin já havia proclamado o papel vivificante da tradução como um processo transformador: “a tradução é posterior ao original e assinala, no caso de obras importantes, que jamais encontram à época de sua criação seu tradutor de eleição, o estágio de sua pervivência” (BENJAMIN, [1973] 2010, p. 207). Portanto, a tradução é uma atividade particularmente especial porque permite que o texto continue a existir em outro contexto, enquanto o texto traduzido se torna o original por causa de sua existência nesse novo âmbito.

O interesse demonstrado por Derrida (1985/2002) e outros filósofos contemporâneos é mais uma evidência da crescente importância da tradução⁹ e da progressiva natureza interdisciplinar do trabalho nos estudos da tradução. À medida que filósofos, historiadores literários e culturais, sociolinguistas e teóricos literários estudam cada vez mais a tradução, os termos negativos que dominam as discussões sobre tradução estão finalmente começando a desaparecer. Há um mundo de diferença entre as queixas à moda antiga sobre o fator de perda na tradução e a nova noção de tradução como conferindo nova vida ao texto original. Além disso, à medida que os historiadores da tradução descobrem mais sobre a genealogia da tradução, cada vez mais a transferência interlinguística de textos aparece como um componente vital no desenvolvimento cultural.

Os estudiosos adeptos da escola polissistêmica de Even-Zohar geralmente vinham da Europa, alguns também dos Estados Unidos, e tendiam a lidar principalmente com história. É interessante comparar a formação e o desenvolvimento da história da tradução com um processo semelhante que ocorre nos estudos feministas e, em ambos os casos, o resultado é uma revisão contínua de muitas de nossas suposições sobre a história da literatura e da cultura. Em outro texto, sugeri que poderia haver uma maneira alternativa de olhar, por exemplo, o século XV, tradicionalmente considerado um período de pousio na literatura inglesa porque não produziu nenhum “grande” escritor. Mudando um pouco nossa perspectiva e atentando para a alta produção de traduções nesse período, olhamos agora para o século XV como um exemplo clássico de uma época de busca de padrões literários externos e de uso de tradutores como forma de revitalizar o sistema alvo. Não há muitos escritos sobre tradução medieval e renascentista que analisem não apenas as estratégias empregadas pelos tradutores, mas também o papel que a tradução desempenhou no desenvolvimento dos sistemas literários¹⁰.

Muitos trabalhos comparativos interessantes e inovadores estão sendo realizados fora da Europa, muitas vezes sob nomes diferentes daqueles tradicionalmente usados na academia europeia, e o mesmo pode ser dito de trabalhos nos estudos de tradução. De particular importância são as teorias de tradução

8 Ensaio traduzido pela UFMG em 2002. As referências tanto do ensaio original como da tradução se encontram ao final deste texto.

9 Cf. Benjamin (1990).

10 Cf. Ellis (1989, 1991).

atualmente propostas por tradutores no Brasil e no Canadá, que oferecem novas metáforas e novas perspectivas sobre o significado do processo tradutório.

A teoria pós-colonial está preocupada em analisar as consequências; trata-se de reconstrução e reavaliação, o que necessariamente envolve um processo de tradução. Ashcroft, Griffins e Tiffin declaram que

a cultura pós-colonial é inevitavelmente um fenômeno hibridizado que envolve uma relação dialética entre os sistemas culturais europeus “enxertados” e uma ontologia indígena, com seu impulso de criar ou recriar uma identidade local independente. Essa construção ou reconstrução acontece apenas como uma interação dinâmica entre o sistema hegemônico europeu e sua subversão “periférica”. É impossível retornar ou redescobrir a pureza cultural pré-colonial absoluta, nem criar estruturas nacionais ou regionais completamente independentes da influência histórica do colonialismo europeu. (ASHCROFT; GRIFFINS; TIFFIN, 1989, p. 195-196).

O que os autores sugerem é que não pode haver algo como o original e que a cultura pós-colonial envolve uma ligação dialética entre sistemas. No caso da América Latina, é significativo que os relatos do primeiro processo de colonização digam respeito ao tradutor tido tanto como traidor quanto assistente. Malinche, a amante/tradutora de Cortés, é uma personagem que simboliza a face janusiana¹¹ da tradução: uma versão de sua vida a retrata como uma nobre índia que conviveu com Cortés e tentou unir sua nação aos compatriotas de seu amante. Outra versão a vê traindo seu povo e o entregando aos invasores, fornecendo-lhes a ponte linguística necessária para destruir a civilização mexicana. Ainda outra versão a vê como vítima de estupro, forçada a servir a um senhor colonial, forçada a agir como uma intermediária relutante em um grande processo de violação da sociedade.

A ambiguidade das interpretações do papel de Malinche nos primeiros estágios da colonização se reflete na longa lista de ambiguidades vividas por escritores e críticos latino-americanos em relação à Europa, fonte de modelos literários, o Original. Recentemente, sugeriu-se que a América Latina pode ser vista como uma “tradução” da Europa, embora com tradução entendida no sentido defendido por Benjamin e Derrida, ou seja, como uma vida após a morte, uma sobrevivência, uma continuação através do renascimento, e não como uma cópia¹².

Na década de 1920, o modernismo brasileiro propôs uma reavaliação do maior tabu europeu: o canibalismo. O *Manifesto Antropófago* de Oswald de Andrade (1968) considerou o caso de um bispo português comido em um ritual canibal por índios brasileiros em 1554, e apontou que existem duas maneiras completamente diferentes de entender o evento. Do ponto de vista europeu, era uma abominação, um ato de sacrilégio, uma violação de todas as normas de comportamento civilizado. Por mais aterrorizantes que possam ter sido as câmaras de tortura da inquisição na Europa, os torturadores não chegavam a comer suas vítimas. No entanto, de uma perspectiva não europeia, era perfeitamente aceitável comer uma pessoa que se preze para consagrar suas forças ou virtudes através do sacrifício. Além disso, o princípio básico da Missa é a deglutição simbólica do Corpo e Sangue de Cristo, então,

11 Nota do tradutor: A referência a Janus se deve à sua representação de um deus bifronte, ou seja, com duas faces, em que uma se volta para trás e outra para frente. A face voltada para trás remete ao passado apreciado, ao passo que a face frontal visa o porvir.

12 Cf. a tese de Else Vieira (1992), intitulada *Por uma teoria pós-moderna da tradução*. O primeiro capítulo dessa tese foi apresentado como um trabalho de seminário de doutorado na Graduate School of Comparative Literary Theory and Translation Studies da Universidade de Warwick. Sou imensamente grata à Else Vieira por me apresentar ao trabalho dos teóricos brasileiros da tradução.

para uma cultura que aceita o canibalismo como um ato de respeito, o cristianismo pode ser interpretado de forma bem diferente. O Movimento Antropofágico percebeu nessa dualidade de perspectiva a metáfora entre as culturas europeia e brasileira. Como Randall Johnson coloca:

Metaforicamente falando, representa uma nova atitude em relação às relações culturais com os poderes hegemônicos. Imitação e influência no sentido tradicional da palavra não são mais possíveis. Os antropófagos não querem copiar a cultura europeia, mas devorá-la, aproveitando seus aspectos positivos, rejeitando o negativo e criando uma cultura original, nacional, que seria fonte de expressão artística e não um receptáculo de formas de expressão cultural desenvolvidas em outro lugar. (JOHNSON, 1987, p. 49).

É fácil ver como essa metáfora foi posteriormente adaptada pelos estudiosos da tradução. Os antropófagos sugeriam que os modelos europeus fossem devorados, para que suas virtudes passassem para as obras dos escritores brasileiros. Por meio dessa imagem se transforma a relação de poder entre a cultura europeia e a brasileira; o escritor brasileiro não é um imitador, não é subserviente de forma alguma à tradição literária europeia, nem o protesto envolve uma rejeição total dessa tradição. Em vez disso, o escritor brasileiro interage com a cultura de origem, alimentando-se dela, mas criando algo inteiramente novo. No que diz respeito à tradução, a metáfora adquire ressonância especial, pois o tradutor devora o texto-fonte e o engendra de novo, exatamente como Madame de Gournay sugeriu há quase quatro séculos.

Haroldo e Augusto de Campos foram os principais praticantes e teóricos do conceito canibalístico de tradução. O trabalho deles apaga deliberadamente as fronteiras entre sistemas fontes e alvo, de modo que a tradução de Haroldo de Campos do *Fausto* de Goethe, publicada em 1979, intitula-se *Deus e o diabo no Fausto de Goethe*. Esse título enfatiza o vínculo entre o escritor Goethe e seu Fausto, ao mesmo tempo que se refere diretamente ao tema da obra, o embate entre o diabólico e o divino. Também afirma resolutamente a presença do tradutor/escritor e sua relação com o criador alemão de *Fausto*. Mas para os leitores brasileiros também significa outra coisa: é uma referência direta ao filme de Glauber Rocha, *Deus e o Diabo na Terra do Sol*¹³. Como destaca Else Vieira:

O interesse pelo próprio título sugere que a cultura “receptora” vai interpenetrar e transformar a original [...] a partir do título, podemos dizer que a tradução não é mais um fluxo de mão única da cultura fonte para a cultura alvo, mas um empreendimento transcultural de mão dupla. (VIEIRA, 1992).

Além disso, de Campos não descreve seu empreendimento como uma “tradução”, mas como uma “transluciferação mefistofáustica” e argumenta que esse tipo de empreendimento diabólico “intenta, no limite, a rasura da origem: a obliteração do original” (CAMPOS, [1982]2005, p. 208). A tradução é para ele um processo físico, é uma devoração do texto fonte, um processo de transmutação, um ato de vampirização. Tradução, como ele mesmo diz, “como transfusão. De sangue” (CAMPOS, [1982]2005, p. 208).

As imagens da tradução como canibalismo, como vampirismo, em que o tradutor suga o sangue do texto de partida para reforçar o texto de chegada, como uma transfusão de sangue que dá nova vida ao destinatário, podem ser vistas como metáforas radicais derivadas da teoria pós-colonial pós-modernista da tradução. É importante ressaltar que eles fazem alusão aos outros avanços da teoria da

13 Agradeço à Else Vieira pela indicação.

tradução discutidas acima, pois sua característica comum é a rejeição da hierarquia de autoridade que privilegiava o texto-fonte e relegava o tradutor a um papel secundário. Else Vieira resume a importância da teoria canibal para a prática da tradução:

A filosofia tradutória canibal de nutrir-se de dois reservatórios, o texto de partida e a literatura de chegada, e, na mesma medida, a leitura reversa da tradução operada por Benjamin e Derrida expõe uma série de questões epistemológicas que a tradutologia tradicional não tem condições de responder. Ou, usando os termos de Benjamin, a tradutologia tradicional exige uma tradução, uma revisão [...]. Se, na filosofia canibal, a tradução se torna um fluxo de mão dupla, a própria terminologia “fonte” e “alvo” se esgota. Da mesma forma, a relação de poder entre fonte e alvo, superior/inferior deixa de existir. (VIEIRA, 1992).

O novo trabalho nos estudos brasileiros de tradução é caracterizado por uma série de metáforas físicas, muitas vezes violentas, em nítido contraste com as metáforas mais brandas que descrevem a tradução como atividade servil. Da mesma forma, os avanços nesse campo no Canadá desde meados da década de 1980 também acentuaram o físico, embora principalmente em termos de redefinição das relações sexuais, a partir de uma perspectiva feminista.

Hélène Cixous sugeriu que a escrita “feminina” ocorre entre os dois polos de masculino e feminino: “escrever é justamente trabalhar (no) entre inspecionar o processo do mesmo e do outro sem o qual nada pode viver, desfazendo a obra da morte” (CIXOUS, [1975] 1976, p. 883). As teóricas feministas da tradução se basearam na noção de entrelugar de Cixous, desenvolvendo-a de novas maneiras. Nicole Ward-Jouve, por exemplo, escritora e crítica bilíngue e bicultural, comenta que:

O tradutor é um ser intermediário. Tais como as palavras na tradução, ela/ele flutua sem parar entre os significados. Ela/ele tenta ser um intermediário, sugere habilmente o que pode ser a leitura em uma língua estrangeira, além daquelas proporcionadas pela tradução selecionada [...]. Leva você a pensar sobre como certas traduções são construídas. O que se perdeu, o que se ganhou, o que e como foi alterado na passagem de uma língua para outra. (WARD-JOUBE, 1991, p. 47).

A antiga noção binária de tradução via os textos originais e os traduzidos como dois polos. A teoria feminista da tradução concentra-se no espaço interativo entre os dois polos e observa que esses polos há muito são interpretados em termos de masculino e feminino. A base da metáfora das *belles infidèles* é que a fonte, o original, é masculino e todo-poderoso, enquanto o texto alvo é feminino e subserviente. A teoria feminista da tradução, ao celebrar o entrelugar, reconstrói o espaço em que a tradução ocorre como bissexual, não pertencendo nem a um nem a outro.

Alguns dos trabalhos feministas mais empolgantes sobre tradução no Canadá se concentraram em teóricas e tradutoras lésbicas ou bissexuais. O grupo que trabalha com e em torno de Nicole Brossard, por exemplo, rejeita tanto a crítica orientada ao escritor quanto a crítica mais recente, orientada ao leitor, argumentando que nem o escritor nem o leitor devem ser priorizados. Kathy Mezei descreve o processo de tradução como “um ato composto de leitura e escrita”, reconhecendo que o tradutor é ao mesmo tempo leitor e escritor: “Quando eu traduzo, eu leio o texto [...] então eu releio o texto e releio o texto, e então escrevo em minha língua, minhas palavras: escrevo minha leitura e a leitura reescreveu minha escrita” (MEZEI, 1985, p. 25). Esta é uma ideia de tradução muito diferente daquela proposta por George Steiner, que vê a tradução como envolvendo a “penetração adequada” do texto

fonte, de modo que o texto é “capturado” e o tradutor então compensa o ato de agressão por um gesto de restituição¹⁴.

Outra pesquisadora canadense dos estudos de tradução, Barbara Godard, vincula o trabalho de tradução feminista com a teoria pós-modernista da tradução, argumentando que, embora tenha sido tradicionalmente um *topos* negativo na tradução, “diferença” é um tópico positivo na tradução feminista:

A diferença, como enfoca a teoria feminista, é um fator chave nos processos cognitivos e na práxis crítica [...]. Uma tradutora feminista que confirma sua diferença crítica, a alegria da releitura e da escrita sem fim, ostenta sinais de manipulação do texto. Ter uma mulher cuidando do texto traduzido envolveria substituir uma tradução modesta e discreta (GODARD, 1990, p. 93-94).

Godard afirma que a tradutora feminista se recusaria a ser modesta, ostentando a posse e a reintegração do texto. A tradutora, segundo ela, não é discreta e, tal qual os tradutores “luciferizantes” brasileiros, garante para si o direito de moldar e manipular o texto-fonte. Suzanne de Lotbinière-Harwood, outra autora da escola canadense de tradução, diz que sua prática de tradução é uma atividade política e que “a tradução é um ato de invenção linguística que muitas vezes enriquece o texto original em vez de trai-lo” (LOTBINIÈRE-HARWOOD, 1989, p. 9).

Os grupos brasileiro e canadense de teóricos da tradução têm em comum o objetivo de celebrar o papel do tradutor, de torná-lo visível em um ato de transgressão que busca desconstruir as antigas hierarquias patriarcais/europeias. A tradução, em seus termos, é de fato uma atividade política e da maior importância. Haroldo e Augusto de Campos usam a tradução como forma de afirmar seu direito enquanto brasileiros de reler e retomar a literatura canônica europeia, enquanto as canadenses veem a tradução como fundamental para sua existência como bilíngues e como feministas lutando contra os valores falo/logocêntricos. Esses dois grupos querem encontrar uma prática de tradução e uma terminologia que transmita a ruptura com a dominação da herança europeia, mesmo que esta seja transmitida. De diferentes formas – um grupo através da linguagem metafórica do sangue e da morte; e o outro em uma série de metáforas derivadas do conceito de “língua materna” –, propõem um conceito pós-colonial de tradução, contrariando a velha tendência imperialista. Como nos lembra Henri Meschonnic: “Um imperialismo cultural tende a esquecer-se de sua história, ao ponto de ignorar o papel histórico da tradução na cultura” (MESCHONNIC, 1973, p. 308). Repensar radicalmente a tradução é, portanto, um elemento fundamental dos estudos literários pós-imperialistas. A história da cultura, vista na perspectiva da história das traduções e sua recepção no contexto de chegada, pode lançar uma nova luz sobre as relações mútuas entre literatura, além de questionar as hierarquias canônicas de autores “maiores” e “menores”, ou de grandes e pequenos períodos de atividade literária. A teoria dos polissistemas proposta por Even-Zohar oferece um caminho ao processo de repensar, mas, igualmente, o trabalho das tradutoras feministas canadenses bilíngues e da escola brasileira mostra que existem métodos alternativos de questionar a tradicional marginalização da tradução. Even-Zohar propôs uma nova maneira de pensar a história da literatura; os irmãos Campos propõem uma nova forma de pensar a relação entre texto de partida e texto de chegada, priorizando o papel do tradutor nessa relação, enquanto Nicole Brossard e Suzanne de Lotbinière-Harwood rejeitam qualquer ideia de oposições binárias e exploram o espaço dinâmico intermediário.

14 Vide Steiner (1975).

A extraordinária gama de trabalhos atualmente em curso no campo dos estudos da tradução, a criação de novos periódicos, a proliferação de conferências internacionais, o número de livros sendo escritos e teses de doutorado sendo produzidas testemunham a vitalidade dessa área de estudo antes marginal e desrespeitada. Por se basearem em diferentes metodologias, os estudos da tradução tornaram-se um campo verdadeiramente interdisciplinar e talvez a melhor maneira de os descrever seja usar um termo como Estudos Interculturais. Também é difícil pensar que eles sejam apenas uma subcategoria da Literatura Comparada, em parte porque o uso do termo “Literatura Comparada” faz pouco sentido hoje (não que tenha feito bastante em seus primórdios), e em parte porque é um campo disciplinar dinâmico, e a Literatura Comparada, como atividade formalista, está em declínio.

Existem, é claro, diferentes escolas de pensamento sobre a relação entre estudos de tradução e Literatura Comparada. Há quem ainda veja a tradução como uma atividade marginal, rejeitando as proposições do grupo dos polissistemas e mantendo uma noção de literatura como força civilizadora universal. Tais estudiosos, é claro, tendem a adotar perspectivas eurocêntricas e ainda acreditam na continuidade do cânone das “grandes” obras. Há também quem afirme que os estudos de tradução devem romper completamente com a Literatura Comparada, que os dois campos não têm nada a ver entre si e têm preocupações e metodologias diferentes. Eles argumentam que a Literatura Comparada ainda é formalista e continua lutando com um estado de crise constante, e que ficar enredado nesse estado de inquietação só pode prejudicar uma disciplina emergente como os estudos da tradução, cujas próprias preocupações são históricas e linguísticas.

Nenhuma dessas posições parece valer a pena adotar. O que se procurou mostrar é que a crise da Literatura Comparada deriva de um legado do positivismo eurocêntrico do século XIX e de uma recusa em considerar as implicações políticas da transferência intercultural, que são fundamentais para qualquer atividade comparativa. Também se argumentou que a chamada crise não está sendo vivida por comparatistas africanos, indianos, chineses ou latino-americanos, porque eles construíram estudos literários comparativos a partir de uma base ideológica diferente, tomando como ponto de partida não uma ideia abstrata de beleza transcultural universal, mas as necessidades imediatas das suas próprias culturas. E uma necessidade crucial e consistentemente considerada é o enriquecimento e desenvolvimento da língua nacional (ou línguas). A teoria dos polissistemas oferece uma maneira de olhar para esse processo de desenvolvimento não em termos de influências ou movimentos, mas em termos concretos de política de tradução e de estratégias translacionais. O que é traduzido, quando e por quem, como é recebido e qual o seu *status* na cultura-alvo são questões fundamentais, mas que começaram a ser feitas não por aqueles que se autodenominam especialistas em Literatura Comparada, mas por aqueles que afirmam trabalhar em estudos de tradução. Pois tradução tem a ver com autoridade e com poder, e como diz André Lefevere:

A tradução não é apenas uma “janela aberta para outro mundo” ou outra banalidade bem-intencionada. Pelo contrário, a tradução é um canal aberto, muitas vezes não sem certa relutância, através do qual influências estrangeiras podem penetrar na cultura nativa, desafiá-la e até contribuir para sua subversão. (LEFEVERE, 1992, p. 2).

Em sua introdução à coleção de ensaios intitulada *Translation, History and Culture* (1990), Bassnett e Lefevere argumentam que chegou a hora de repensar a marginalização da tradução dentro da Literatura Comparada:

com o desenvolvimento dos Estudos da Tradução como uma disciplina por direito próprio, com uma metodologia que se baseia na comparação e na história cultural, chegou a hora de repensar. A tradução tem sido uma importante força modeladora no desenvolvimento da cultura mundial, e nenhum estudo de Literatura Comparada pode ocorrer sem levar em conta a tradução. (BASSNETT; LEFEVERE, 1990, p. 12).

À medida que a Literatura Comparada continua a debater se pode ser considerada uma disciplina ou não, os estudos de tradução afirmam ousadamente que são uma disciplina, e a força e a energia da pesquisa nessa área em todo o mundo parecem respaldar essa afirmação. Chegou a hora de repensar a relação entre Literatura Comparada e estudos de tradução e recomeçar outra vez.

Em 1979, o ensaio de Heidi Hartmann intitulado *The Unhappy Marriage of Marxism and Feminism* espirituosamente apresentou uma série de problemas usando a metáfora do casamento (HARTMANN, 1979/1981). O relacionamento pode ser curado, ela perguntou, ou chegou a hora do divórcio? Podemos muito bem pedir emprestada essa metáfora para a relação entre Literatura Comparada e estudos de tradução, em cujo contexto tradicionalmente tem havido um parceiro dominante e subserviente, sendo a Literatura superior à tradução. Redefinir a relação mudaria esse equilíbrio de poder e veria os estudos de tradução como o principal parceiro, com a Literatura Comparada não mais dominante. Isso faria sentido não apenas por causa do atual estado diferente da pesquisa nos dois campos, mas também por causa dos diferentes objetos de pesquisa. Pois a Literatura Comparada luta e tem tentado se definir, insistindo de várias maneiras na defesa de certos valores e rejeitando apelos por definições mais claras de escopo e metodologia, enquanto os estudos de tradução se preocupam com textos e contextos, prática e teoria, sincronia e diacronia e, sobretudo, com o processo manipulador de transferência intercultural e suas implicações ideológicas.

À medida que nos aproximamos do final do século XX, certamente é hora de reconhecer que uma era acabou. A escrita não acontece no vácuo, acontece no contexto, e o processo de tradução de textos de um sistema cultural para outro não é uma atividade neutra, inocente e transparente. Ao contrário, a tradução é uma atividade muito onerosa e transgressora, e as políticas da tradução e do traduzir merecem muito mais atenção do que receberam no passado. A tradução desempenhou um papel fundamental na mudança cultural e, dada a diacronia da prática da tradução, podemos aprender muito sobre a posição das culturas de chegada em relação às culturas do texto de origem.

A Literatura Comparada teve sua época como disciplina. O trabalho transcultural em estudos feministas, na teoria pós-colonial, nos estudos culturais mudou, em geral, a face dos estudos literários. De agora em diante, devemos entender os estudos de tradução como a disciplina principal, e a Literatura Comparada como uma área subsidiária, ainda que valiosa.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Oswald. Manifesto antropófago. In: CANDIDO, Antonio; CASTELLO, José Aderaldo (org.). *Presença da literatura brasileira: volume III modernismo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968. p. 68-74.
- ASHCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth; TIFFIN, Helen. *The empire writes back: theory and practice in post-colonial literatures*. London: Routledge, 1989. 296 p.
- BASSNETT, Susan; LEFEVERE, André (eds). *Translation, history and culture*. New York: Pinter Publishers, 1990. 133 p.
- BELLOC, Hilaire. *On translation: the Taylorian lecture, 1931*. Oxford: Oxford University Press, 1931. 38 p.
- BENJAMIN, Andrew. *Translation and the nature of philosophy: a new theory of words*. London: Routledge, 1990. 204 p.
- BENJAMIN, Walter. The task of the translator. In: ARENDT, Hannah (ed.). *Illuminations: essays and reflections from one of the twentieth century's most original cultural critics, with an introduction by Hannah Arendt*. Translated by Harry Zohn. London: Fontana, 1973, p. 69-83.
- CAMPOS, Haroldo. Mephistofaustian Transluciferation (Contribution to the semiotics of poetic translation). English translation by Gabriela Suzanna Wilder and the Author. *Dispositio - The Art and Science of Translation*, v. 7, n. 19/21, p. 181-187, 1982.
- CHAMBERLAIN, Lori. Gender and the metaphors of translation. In: VENUTI, Lawrence (ed.). *Rethinking translation: discourse, subjectivity, ideology*. London: Routledge, 1992. p. 57-74.
- CIXOUS, Hélène. La Rire de la Méduse. *L'Arc*, v. 61, p. 39-54, 1975.
- CIXOUS, Hélène. The laugh of the Medusa. English translation by Keith and Paula Cohen. *Signs*, v. I, p. 875-893, jun./set. 1976.
- D'ABLANCOURT, Nicolas Perrot. Préface, Annales de Tacite. In: ZUBER, Roger (ed). *Lettres et préfaces critiques*. Paris: Librairie Marcel Didier, 1972. p. 118-125.
- DERRIDA, Jacques. Des tours de Babel. In: GRAHAM, Joseph (ed). *Difference in translation*. Translated by Joseph Graham. Ithaca: Cornell, 1985, p. 165-248.
- DRYDEN, John. The life of Lucian - Prefixed to The Works of Lucian, Translated from the Greek by Several Eminent Hands (1711). Lucian's wit-The Dialogue-The Art of Translation. In: WATSON, George. (ed.). *Of dramatic poesy and other critical essays*. London: Dent, 1962a. 2 v. p. 209-215.
- DRYDEN, John. To the Most Honourable John, Lord Marquess of Normanby, Earl of Mulgrave etc and Knight of the Most Noble Order of the Garter. Prefixed to the Aeneis.in The Works of Virgil, Translated in English Verse (1697). In: WATSON, George. (ed.). *Of dramatic poesy and other critical essays*. London: Dent, 1962b. 2 v. p. 223-262.
- ELLIS, Roger. *The medieval translator: the theory and practice of translation in the middle ages*. Woodbridge: D. S. Brewer, 1989. 1 v. 208 p.
- ELLIS, Roger. Translation in the middle ages. *New Comparison*, n. 12, set./nov. 1991.
- EVEN-ZOHAR, Itamar. Translation theory today: a call for transfer theory. *Poetics Today*, v. 2, n. 4, p. 1-7, jun./nov. 1981.
- FOUCAULT, Michel. *The order of things: an archaeology of the human sciences*. London: Tavistock, 1970. 416 p.

- FRANK, Armin Paul. Translation anthologies: an invitation to the curious and a case study. *Target*, v. 3, n. 1, p. 65-90, jan. 1991.
- GODARD, Barbara. Theorizing feminist discourse/translation. In: BASSNETT, Susan; LEFEVERE, André (ed.). *Translation, history and culture*. London: Pinter Publishers, 1990. p. 89-96.
- GOURNAY, Madame. *Version de quelques pièces de Virgile, Tacite et Saluste avec l'Institution de Mon seigneur, frère du Roy*. Paris: F. Bourriquant, 1619.
- HARTMANN, Heidi I. The unhappy marriage of Marxism and feminism: towards a more progressive union. *Capital & Class*, v. 3, n. 2, p. 1-33, 1979.
- HARTMANN, Heidi. The unhappy marriage of Marxism and Feminism: towards a more progressive union. In: SARGENT, Lydia (ed.). *Women & Revolution: A discussion of the unhappy marriage of Marxism and Feminism*. Montréal: Black Rose Books, 1981. p. 1-41.
- HERMANS, Theo. Images of translation: metaphor and imagery in the renaissance discourse on translation. In: HERMANS, Theo (ed.). *The manipulation of literature*. London: Croom Helm, 1985. p. 103-35.
- JOHNSON, Barbara. The surprise of otherness: a note on the wartime writings of Paul de Man. In: COLLIER, Peter; GEYER-RYAN, Helga (ed.). *Literary theory today*. London: Polity Press, 1990. p. 13-22.
- JOHNSON, Randal. Tupy or not tupy: cannibalism and nationalism in contemporary Brazilian Literature. In: KING, John (ed.). *Modern Latin American fiction: a survey*. London: Faber and Faber, 1987. p. 41-59.
- KITTEL, Harald; FRANK, Armin Paul (ed.). *Interculturality and the historical study of literary translations*. Berlin: Erich Schmidt Verlag, 1991.
- LAMBERT, José; VAN GORP, Hendrik. On Describing translations. In: HERMANS, Theo (ed.). *The manipulation of literature: studies in literary translation*. London: Croom Helm, 1985. p. 42-53.
- LEFEVERE, André (ed.). *Translation/history/culture: a source book*. London: Routledge, 1992. 200 p.
- LEFEVERE, André. Translation studies: the goal of the discipline. In: HOLMES, James; LAMBERT, José; LEFEVERE, André (ed.). *Literature and translation: new perspectives in literary studies – with a basic bibliography of books on translation studies*. Leuven: ACCO, 1978. p. 234-235.
- LEFEVERE, André. What is written must be rewritten, Julius Caesar: Shakespeare, Voltaire, Wieland, Buckingham. In: HERMANS, Theo (ed.). *Second hand: papers on the theory and historical study of literary translation*. Antwerp: ALW-Cahier, 1985. p. 88-106.
- LOTBINIÈRE-HARWOOD, Susanne. About the her in other. In: GAUVIN, Lise. *Letters from an other*. Translation by Susanne de Lotbinière-Harwood. Toronto: Women's Press, 1989. p. 9-12.
- MACURA, Vladimir. Culture as translation. In: BASSNETT, Susan; LEFEVERE, Andre (eds). *Translation, history and culture*. London: Pinter, 1990. p. 64-70.
- MESCHONNIC, Henri. Propositions pour une poétique de la traduction. In: MESCHONNIC, Henri. *Pour la poétique: Tome 2, Epistémologie de l'écriture, poétique de la traduction*. Paris: Gallimard, 1973. p. 305-323.
- MEZEI, Kathy. Reading as Writing/ Writing as Reading/ the reader and the decline of the writer/ or the rise and fall of the slash. *L'Écriture comme Lecture*, v. 2, p. 21-31, set. 1985.
- POUND, Ezra. Letter to A. R. Orage, April 1916. In: PAIGE, Douglas Duncan (ed.). *The letters of Ezra Pound 1907-1916*. London: Faber and Faber, 1961a. p. 148-150.
- POUND, Ezra. Letter to Iris Barry, 20 July 1916. In: PAIGE, Douglas Duncan (ed.). *The letters of Ezra Pound 1907-1916*. London: Faber and Faber, 1961b. p. 86-88.

SAPIR, Edward. The status of linguistics as a science. In: SAPIR, Edward. *Culture, Language and Personality: selected essays*. Edited by David G. Mandelbaum. Berkeley: University of California, 1956. p. 65-77.

STEINER, George. *After Babel*. London and New York: Oxford University Press, 1975. 560 p.

TYMOCZKO, Maria. Translation as a force for literary revolution in the twelfth-century shift from epic to romance. *New Comparison*, v. 1, p. 7-27, jun./set. 1986.

VIEIRA, Else Ribeiro Pires. *Por uma teoria pós-moderna da tradução*. 1992. 265 f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1992.

WARD-JOUBE, Nicole. To fly/to steal: no more? Translating French feminisms into English. In: WARD-JOUBE, Nicole. *White woman speaks with forked tongue: criticism as autobiography*. London: Routledge, 1991. p. 46-58.

TRADUÇÕES CONSULTADAS

BENJAMIN, Walter. A tarefa do tradutor. In: HEIDERMANN, Werner (org.). *Clássicos da teoria da tradução*. Alemão-Português. 2. ed. revisada e ampliada. Tradução de Susana Kampff Lages. Florianópolis: UFSC/ Núcleo de Pesquisas em Literatura e Tradução, 2010. 1 v. p. 201-231.

CAMPOS, Haroldo. Post Scriptum: Transluciferação Mefistofáustica. In: CAMPOS, Haroldo. *Deus e o diabo no Fausto de Goethe: marginalia fáustica* (leitura do poema, acompanhada da transcrição em português das duas cenas finais da segunda parte). São Paulo: Perspectiva, 2005. p. 179-209.

DERRIDA, Jacques. *Torre de Babel*. Tradução de Junia Barretto. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. 74 p.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 8 ed. Tradução de Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 504 p.

LAMBERT, José; VAN GORP, Hendrik. Sobre a descrição de traduções. In: GUERINI, Andréia; TORRES, Marie-Hélène Catherine; COSTA, Walter Carlos (org.). *Literatura e tradução: textos selecionados de José Lambert*. Tradução de Marie-Hélène Catherine Torres e Lincoln Paulo Fernandes. Rio de Janeiro: 7Letras, 2011. p. 208-223.